

Transformações na suinocultura do oeste catarinense e busca de alternativas na agricultura familiar: um redesenho das estruturas rurais da região?

Tomé Coletti^(*)

Hoyêdo Nunes Lins^(**)

Resumo

O artigo aborda o que parece ser um aspecto central dos processos registrados no oeste de Santa Catarina nas últimas décadas: de um lado, as transformações na produção de suínos, uma atividade histórica na região e pedra angular dos vínculos estabelecidos entre a agricultura familiar e o setor agroindustrial; de outro lado, como derivação dos reflexos dessas mudanças, os novos caminhos trilhados por diferentes propriedades rurais em busca de alternativas para a sua reprodução. Baseado em pesquisa bibliográfica e documental e também em entrevistas realizadas junto a trinta interlocutores regionais, o texto discorre na sua primeira parte sobre as mudanças na suinocultura e depois se dedica à problemática da exploração, no mundo rural do oeste do estado, de possíveis alternativas aos dramáticos efeitos que aquelas transformações provocaram junto aos agricultores familiares. Nos novos caminhos trilhados, cabe destaque especial à produção de leite, mas também ao fumo e às tentativas enfeixadas, por exemplo, na produção orgânica e agroecológica, na agroindustrialização, no associativismo, na horticultura e na fruticultura, tudo isso como resultados de esforços protagonizados no âmbito dos movimentos sociais, do setor público e de empresas privadas e cooperativas.

Palavras chaves: suinocultura; oeste catarinense; agricultura familiar

Introdução

Região de “tardia” ocupação efetiva em Santa Catarina, comparativamente a outras dinâmicas regionais que se desdobraram desde pelo menos o início do século XIX o estado, o oeste catarinense tem ensejado abordagens sobre a sua realidade nas quais é frequente o emprego da expressão “crise regional”. Por exemplo, pesquisa realizada em 1999, envolvendo entrevistas

^(*) Mestre em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

^(**) Professor do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFSC.

com nada menos que 80 agentes dos setores público e privado em 13 municípios da região, observou que era disseminada a visão de que o oeste vivenciava uma grave crise (THEIS; NODARI, 2000).

Distintos diagnósticos informavam, com efeito, que o quadro regional era de grandes problemas e que estes decorriam principalmente das mudanças no setor agroindustrial, caracterizado por importantes e históricas relações entre empresas de abate e processamento de animais e a produção agrícola familiar. Uma percepção recorrente era que essas transformações provocavam “diminuição na quantidade de produtores rurais integrados a cada empresa, simultaneamente ao aumento de capacidade dos contingentes (...) vinculados às agroindústrias” (MATTEI; LINS, 2001, p. 37).

Em que pese movimentos promissores em outros setores da economia, ilustrados pelo avanço da produção de móveis, o clima que parecia prevalecer é de que a região era carente de perspectivas. Por conta disso, e refletindo múltiplos fatores (TESTA et al., 1996), instalou-se tendência de emigração da população rural, fazendo aparecerem como eloquentes manifestações da crise o abandono de áreas e o esvaziamento de alguns municípios (CARACTERIZAÇÃO..., 2000). Em diferentes momentos, a situação tornou-se ainda mais alarmante devido ao que foi interpretado (não sem exagero) como uma verdadeira desindustrialização regional, haja vista que, em detrimento do oeste catarinense, empresas locais abriram novas capacidades de processamento em outros estados, especialmente na Região Centro-Oeste, em grande parte devido à atração exercida pelos incentivos fiscais (HELFAND; REZENDE, 1998).

Esse é o contexto deste artigo, que se debruça sobre questão que parece constituir um dos principais vetores dos processos em curso na região, assimilados à problemática da referida crise regional: as marcantes alterações registradas na suinocultura, atividade chave da história econômica e social do oeste catarinense, e as decorrentes reações esboçadas no âmbito da agricultura familiar, segmento especialmente afetado por essas mudanças. A primeira parte do texto ocupa-se da trajetória recente da suinocultura; a segunda, do que parecem ser os novos caminhos trilhados pelas propriedades familiares em busca de alternativas de reprodução.

A base da elaboração do texto, além da pesquisa bibliográfica e documental realizada, engloba os resultados de trinta entrevistas efetuadas na região oeste entre o final de 2008 e o primeiro trimestre de 2009. Protagonizadas em diferentes municípios, essas entrevistas envolveram não só treze propriedades rurais (onze das quais vinculadas à agricultura familiar),

mas também agentes representando organizações econômicas, como cooperativas (cinco entrevistas), entidades de representação, como sindicatos (seis entrevistas), e representantes políticos (seis entrevistas).

1 Produção de suínos: mudanças recentes e reflexos na agricultura familiar

Produzir suínos é atividade em que Santa Catarina inegavelmente se destaca no plano nacional, e, nesse estado, em que o oeste catarinense apresenta absoluta proeminência. Os dados exibidos na tabela 1, referentes ao rebanho suíno, não deixam dúvidas a respeito disso: entre 1990 e 2007, Santa Catarina dobrou a sua participação no rebanho brasileiro, e o oeste do estado muito mais do que dobrou a sua, ultrapassando 15% do total de cabeças em todo o país.

Tabela 1 – Rebanho suíno: participação de Santa Catarina e do oeste catarinense nos totais brasileiros (1990 a 2007)

Ano	Números de cabeças (milhões)			% do rebanho nacional	
	Brasil	Santa Catarina	Oeste catarinense	Santa Catarina	Oeste catarinense
1990	33,62	3,33	2,22	9,9	6,6
1991	34,29	3,27	2,18	9,5	6,4
1992	34,53	3,42	2,31	9,9	6,7
1993	34,18	3,73	2,58	10,9	7,5
1994	35,14	4,09	2,77	11,6	7,9
1995	36,06	4,40	3,06	12,2	8,5
1996	29,20	4,53	3,41	15,5	11,7
1997	29,64	4,56	3,40	15,4	11,5
1998	30,01	4,70	3,52	15,7	11,7
1999	30,84	4,81	3,62	15,6	11,7
2000	31,56	5,09	3,79	16,1	12,0
2001	32,60	5,52	4,18	16,9	12,8
2002	31,92	5,35	4,11	16,8	12,9
2003	32,30	5,43	4,15	16,8	12,9
2004	33,08	5,77	4,46	17,5	13,5
2005	34,06	6,31	4,87	18,5	14,3
2006	35,17	7,16	5,49	20,3	15,6
2007	35,94	7,16	5,50	19,9	15,3

Fonte: IBGE, com elaboração pelos autores

1.1 Trajetória da suinocultura: da produção em ciclo completo à integração

O sistema de produção denominado policultura subordinada à suinocultura foi impulsionado no oeste catarinense por desempenho comercial que espelhou, em sua trajetória, um comportamento da demanda por alimentos que favoreceu o escoamento do excedente de suínos das propriedades. De fato, esse sistema ampliou progressivamente a sua presença tendo em vista a existência de condições de mercado que, entre outras coisas, não eram estranhas ao fato de que o país avançava célere na sua urbanização.

O suíno tornou-se o principal produto comercializado pelas unidades familiares, adquirindo o status de base da reprodução destas. Assim, um sistema em que toda a produção familiar passou a estar organizada em torno da criação de suínos ganhou vigor e preponderância no curso desse processo. Tal “modelo” se generalizou na maioria das propriedades, e mesmo as que não tinham a suinocultura como fonte de renda passaram a depender do mercado dessa atividade para a sua reprodução social e econômica. Daí que, como assinalado por Campos (1987), as crises cíclicas da suinocultura frequentemente representaram crises da economia regional, pois a primeira era o eixo central de articulação da segunda.

Até a década de 1980, a produção de suínos era organizada na forma hoje conhecida como “ciclo completo”. Nesta, o processo de produção é integralmente controlado pelo agricultor, proprietário dos meios de produção, quer dizer, a terra, as instalações, os equipamentos e os insumos. A relação que o produtor mantinha com as empresas agroindustriais era de natureza comercial, de compra e venda, abrangendo aquisição de medicamentos e alguns insumos e venda dos suínos prontos para o abate. Nesse contexto, a produção de milho e de outros insumos na própria propriedade sempre foi a principal estratégia para diminuir custos e aumentar a margem de “lucro” do produtor.

Foi esse o sistema que as agroindústrias passaram a integrar a partir do final da década de 1960, em movimento intensificado na década de 1980. Inicialmente, esse processo de integração dos suinocultores era realizado por meio de um contrato entre ambas as partes. Pelos termos contratuais, as empresas se responsabilizavam pelo fornecimento de alguns insumos, medicamentos e assistência técnica e garantiam a compra da produção. O agricultor, por seu turno, assumia o compromisso de seguir as orientações técnicas e de fazer o pagamento dos insumos e medicamentos quando da venda da produção, assegurando a entrega à agroindústria.

Ocorre que a partir da década de 1980 a estratégia das agroindústrias passou a ser a concentração da produção. O resultado imediato foi o início de um marcado processo de seleção dos suinocultores integrados. Paralelamente, as agroindústrias adotaram a conduta de exigir o aumento da produção dessas propriedades: a exigência inicial era que o agricultor deveria ter no mínimo três matrizes ao se integrar, mas ao longo do tempo esse patamar mínimo foi sendo gradativamente aumentado.

Nas primeiras décadas de desenvolvimento desse sistema, o conhecimento, a capacidade produtiva e a organização da produção “pertenciam” aos agricultores, figurando sob o controle e o comando direto destes. O aumento da produção traduziu primeiramente a expansão da quantidade produzida, e só num segundo momento apareceu a reboque do incremento na produtividade decorrente da incorporação de novas técnicas, raças e estruturas, algo que se revelou uma importante estratégia. Deve-se assinalar que o serviço de extensão rural desempenhou papel essencial nesse período, mas também que as transformações implicando a incorporação de novas técnicas, raças e estruturas foram realizadas pelos agricultores sobre uma base cujo desenvolvimento nas propriedades ocorreu ao longo de vários anos. Isso pode ser ilustrado com trechos extraídos de uma entrevista efetuada junto a um suinocultor:

Me lembro sempre, o falecido pai, ele engordava porco, tinha uma mangueira (...). Ele engordava esses porcos e vendia, e levava para casa o dinheiro porque nem banco, acho, tinha na época [década de 1950]. Nessa época o porco era vendido com um ano, um ano e pouco, pouco mais de ano (...) ali em Xaxim [década de 1970]. Já era produção em chiqueiro, mas não era ainda integração, lá não tinha integração (...) O falecido Angelim [comerciante representante da Sadia], veio ele e um outro, lá da Sadia, passaram ali para fazer os papéis [1984, ano da integração]. Nós tínhamos umas 10 porcas (...). Entramos no sistema atual em 2000 [parceria na criação de leitões]. Antes de entrar para a criação de leitão, eu tinha 80 porcas no regime de ciclo completo.

O trecho citado é rico, principalmente, porque permite observar que as incorporações técnicas ocorreram de forma gradual ao longo do tempo. As vinculadas alterações mudaram as necessidades em termos de instalações e equipamentos, de relação com o mercado e com as agroindústrias e também de volume na quantidade produzida para fins comerciais.

Quatro diferentes momentos podem ser percebidos nessas transformações. O primeiro é o da comercialização do excedente no marco de uma produção rústica e de tipo tradicional. No segundo, o sistema já mostra alterações significativas, tendo a criação de animais soltos sido substituída pela de instalações fechadas, denominadas “chiqueiros”, o que resultou principalmente da incorporação de raças importadas (inicialmente o Duroc e depois o Landrace e o Large White), não aptas para o sistema tradicional; note-se que a introdução dessas novas raças refletiu estratégia de substituir a banha como principal produto pelo aumento da produção de carne. O terceiro momento é o da integração, vetor de aumento da produção na propriedade; a entrevista transcrita registra um início de integração com dez matrizes e, dezesseis anos depois, fala em oitenta, uma expansão de quase 13% ao ano. O quarto momento sugerido no relato indica mudança para o sistema de parceria na criação de leitões, um tipo de procedimento que será abordado a seguir.

1.2 Aprofundamento da integração e crise nas unidades familiares

As alterações ocorridas nas estratégias das agroindústrias a partir da década de 1980, com a intensificação da integração e o aumento e concentração da produção, provocando a exclusão de grande massa de agricultores da suinocultura, geraram uma profunda crise no sistema que prevalecia nas unidades familiares. A ampla maioria das propriedades tinha no sistema de policultura subordinada à suinocultura o seu regime central de produção, e grande parte das demais propriedades era dependente das primeiras pelo cultivo de milho ou pelo fornecimento de mão de obra temporária.

Assim, aquela exclusão representou crise do sistema de policultura subordinada à suinocultura com impactos encadeados, a partir das propriedades agrícolas, em toda a economia regional. Os próprios agricultores que permaneceram na suinocultura acusaram o impacto, pois tiveram os seus sistemas totalmente transformados, a tal ponto que hoje não é mais possível falar em sistema de policultura subordinada à suinocultura nas propriedades agrícolas do oeste catarinense.

O sistema de produção em ciclo completo começou a ser reduzido drasticamente a partir da década de 1990, dando lugar ao que se conhece como sistema de parceria, o qual, a rigor, teve a sua implantação iniciada nos anos 1980. Primeiramente, as agroindústrias desenvolveram a

produção própria de leitões, entregando os animais a agricultores integrados que se responsabilizavam pela terminação (engorda). Em seguida, principalmente no início da década de 1990, as agroindústrias passaram a integrar produtores que se restringiam a produzir leitões e os comercializavam com as empresas, que os repassavam para os chamados terminadores, responsáveis pela engorda. Mais recentemente, no início da década de 2000, uma nova modalidade passou a ser testemunhada nos vínculos entre criadores e terminadores: trata-se da chamada creche, referente ao período de crescimento dos leitões já desmamados que antes ficavam nas instalações dos produtores.

Atualmente, o sistema de compra e venda vem sendo abandonado em benefício do sistema de parceria, tornado predominante. Neste, o produtor recebe os animais da agroindústria em comodato e também todos os insumos e medicamentos, assim como a assistência técnica. Ficam a seu encargo o manejo (mão de obra), as instalações e os equipamentos, e a remuneração recebida da empresa guarda relação com a sua produtividade. Todavia, segundo depoimentos colhidos nas entrevistas realizadas, os critérios de cálculo da produtividade não são conhecidos pelos agricultores, cuja noção sobre o assunto mostrou-se vaga. Observou-se que há percepções contraditórias entre os agricultores sobre esses critérios, mas que todos concordam que as agroindústrias “fazem o que bem querem”.

Cabe assinalar que as transformações ocorridas ao longo dos últimos trinta anos tornaram a produção de suínos idêntica, na essência, ao que se observa na integração envolvendo a avicultura, implantada na região durante a década de 1970. No modelo de parceria, o sistema de produção não mais apresenta, na propriedade familiar, o encadeamento que caracterizava o sistema de ciclo completo, e tampouco permanece organizado a partir da suinocultura, que passou a ser tão somente mais uma atividade econômica dessa propriedade, embora muitas vezes represente a atividade principal.

A suinocultura já não depende mais de outras atividades realizadas na propriedade, pois a alimentação e os demais insumos provêm da agroindústria. No modelo de parceria, a integração da suinocultura ao sistema da propriedade se dá eminentemente pela utilização da mão de obra e pelo fornecimento do adubo aos cultivos existentes, sendo importante notar que em propriedades onde houve adesão a esse sistema, nos últimos anos, o emprego do estrume como adubo tem sido o atrativo principal da parceira. As palavras de um agricultor entrevistado (integrado da Sadia)

sobre o motivo da entrada no sistema de parceria são sugestivas: *o meu pensamento maior foi o de reformar a terra, renovar a terra, porque não tinha mais, não produzia mais...*

“Renovar” e “reformar a terra” têm o sentido de recuperar o solo com matéria orgânica, restabelecendo-lhe a capacidade produtiva. O mesmo agricultor exemplifica, mencionando o resultado positivo alcançado na produção de milho como base para a produção de leite: *no segundo ano de esterco ali, o mesmo pedacinho que a gente cortava e não tinha pasto para as vacas, deu oito carretões de silagem*. No depoimento, oito carretões de silagem representam produção significativa para uma pequena área de terra recuperada pelo esterco de suínos.

Assim, a estratégia adotada pelas agroindústrias na produção de suínos transformou o sistema de produção familiar. Esse sistema deixou de representar um “modelo” em que a suinocultura exercia o papel de agregar valor a outros produtos, utilizados como insumos, e adquiriu cada vez mais a característica de operar como fornecedora de adubo às demais produções.

1.3 Visão de conjunto com ênfase nas estratégias agroindustriais

Pode-se esboçar uma grande síntese dos principais aspectos dos sistemas de produção de suínos no oeste catarinense, na sua integração pela agroindústria ao longo das últimas décadas, assinalando que:

- a integração dos suinocultores com produção em ciclo completo ocorreu principalmente na década de 1980;
- nos anos 1990, um traço saliente foi a transição entre os diversos sistemas, em decorrência do processo de reestruturação econômica vivida na região, um movimento que deve ser também colocado em relação com as transformações macroeconômicas registradas no Brasil – abertura comercial, aumento da concorrência – e com as alterações experimentadas pelos sistemas agroalimentares no bojo da globalização;
- a década de 2000 é marcada pela consolidação do sistema de parceria nas relações entre as empresas agroindustriais e os suinocultores.

Essencial, todavia, é destacar que, no percurso cumprido pelos sistemas de produção das unidades familiares do oeste catarinense, a suinocultura sucessivamente incorporou pelo menos duas grandes formas de representação e significado:

- aparece historicamente como produto principal, formando o sistema conhecido como de policultura subordinada à suinocultura; nesse sistema, como se frisou, o suíno era o principal produto comercializado pelas propriedades: a partir da sua produção se organizavam a vida e as demais atividades realizadas nessa escala;

- aparece, no atual sistema de parceria, como prática que deixou de ter a substancial participação antes ostentada no sistema de produção das propriedades, tendo passado a exercer com as demais atividades um tipo de relação com dois traços principais: por um lado, ocupando a mão de obra, que remunera de forma precária; por outro lado, disponibilizando o esterco, utilizado como adubo nas demais culturas, o que acaba diminuindo o custo de produção e proporciona renda nessas unidades.

Portanto, como a avicultura foi uma atividade implantada já a partir da agroindústria, é com a introdução do sistema de parceria na suinocultura, durante a década de 1990, que a estratégia das empresas agroindustriais realmente se modifica na região, afetando profundamente o modo de atuação da agricultura familiar. Constitui aspecto central disso a transferência do domínio sobre a produção, e do conhecimento sobre esta, do agricultor para a agroindústria.

Na pesquisa de campo foi possível identificar as seguintes estratégias das agroindústrias nessa passagem de um sistema para o outro:

- na produção de leitões, foram escolhidos nas regiões distantes das plantas industriais os agricultores que as empresas consideravam “melhores” e mais estruturados, iniciando-se processo de parceria conhecido como de compra e venda, no qual o agricultor produz os leitões conforme as determinações empresariais e depois os vende para as agroindústrias; num segundo momento, entra-se em processo envolvendo contrato de comodato, cabendo ao agricultor disponibilizar as instalações e a mão de obra, com recebimento de um determinado valor em função da produtividade;

- as creches, termo que remete à fase de crescimento dos leitões, é uma etapa ainda em implantação pelas agroindústrias, modificando o sistema até então vigente tendo em vista que os produtores de leitões se encarregam da fase de crescimento; essa etapa vem, desde o seu início, sendo realizada através de contratos em que os leitões e os insumos são fornecidos pela agroindústria, cabendo ao agricultor todo o investimento fixo, o fornecimento da mão de obra e os custos de manutenção;

- na terminação, a maioria dos agricultores é formada por ex-suinocultores em ciclo completo que interromperam essa atividade por um determinado período, de dois a três anos em média, e passaram a “terminar” suínos no sistema de parceria, implicando a modificação total das estruturas físicas e a alteração completa do sistema de produção; essa estratégia não foi implantada de forma homogênea em toda a região: nas áreas próximas aos frigoríficos não ocorreu interrupção das atividades em ciclo completo ou, se ocorreu, foi por tempo menor do que nas regiões mais distantes; pode-se considerar que a estratégia das agroindústrias, com essa interrupção, mirava o comprometimento do conhecimento histórico, das habilidades incrustadas nessas propriedades, afetando a sua estratégia adaptativa haja vista a implantação de um novo sistema sob o controle total das primeiras.

Tudo isso representou, como não poderia deixar de ser, importantes transformações nos vínculos entre agroindústria e agricultura familiar, de uma forma ampla.

Na década de 1980, as agroindústrias de carnes intensificaram a integração dos suinocultores do oeste catarinense e concentraram a produção nesses integrados. Os envolvidos passaram a ter algumas vantagens, sintetizadas na garantia de um mínimo de renda mesmo durante as crises da suinocultura. Os demais suinocultores, contudo, abandonaram a atividade nesses períodos, um processo que parte da literatura sobre a região assimila a uma dinâmica de exclusão de grandes massas de produtores.

Para as agroindústrias, o processo de integração representava estratégia para organizar a produção da matéria prima básica dos frigoríficos, visando garantir a quantidade, a regularidade no fluxo de abastecimento e a qualidade do produto ofertado. Figuraram como balizamento as necessidades das empresas, “definidas” pelos seus setores de *marketing* em sintonia com os movimentos do mercado consumidor, um aspecto típico do funcionamento dos sistemas agroalimentares no marco da globalização.

A garantia da quantidade e da regularidade na produção foi um dos primeiros objetivos. A dependência em relação a um “mercado aberto” para aceder à matéria prima, como ocorria anteriormente, não permitia à agroindústria operar com regularidade, o que em decorrência representava perda de eficiência industrial. A oferta do produto estava concentrada em determinados períodos do ano, de forma combinada com a safra do milho, e o agricultor praticamente ditava a cadência da produção em conformidade com o sistema existente na sua

propriedade, geralmente sob a determinação do ritmo da natureza na produção de insumos para alimentar os suínos. Com a integração, essa cadência da produção passa a ser controlada, e depois imposta, pela agroindústria, o planejamento industrial podendo ser então efetuado com maior precisão e eficiência. No lado do agricultor, o ritmo se altera pela necessidade de organizar a propriedade segundo os passos da agroindústria, e não mais conforme o ciclo natural do seu sistema produtivo.

Melhorar a qualidade da matéria prima era o segundo objetivo da agroindústria com o processo de integração. Vincula-se a isso o investimento em melhoria genética e o esforço de padronização do manejo e da alimentação, tipos de providências recorrentemente observados. Investidas desse tipo se deparam com campo especialmente fértil no sistema de integração, no âmbito do qual seguir as respectivas normas é condição básica para evitar interromper a produção.

Um terceiro objetivo das agroindústrias, derivado dos anteriores, era a formação de um outro ramo de operações na órbita empresarial: a implantação da indústria de ração. A intenção foi dar suporte às já assinaladas iniciativas objetivando garantir quantidade, regularidade e qualidade, para o que foi preciso, além de assistência técnica, a oferta de insumos complementares que suprissem as necessidades não atendidas pelas propriedades dos suinocultores. Com isso as agroindústrias, a partir das necessidades criadas pelo seu próprio sistema industrial, oportunizaram o surgimento de um novo setor e o organizaram. Tal setor mostra-se atualmente responsável por grande parte dos lucros dos grupos agroindustriais.

Defrontadas com esses processos, desencadeados pelo complexo agroindustrial de carnes e perpassados por consideráveis alterações tecnológicas, as unidades familiares viram-se forçadas a buscar a sua viabilidade na integração, submetendo-se, portanto, aos objetivos traçados pela agroindústria. Tiveram também que introduzir novos produtos em seus respectivos sistemas, objetivando gerar renda e preencher o espaço deixado pelas modificações na produção de suínos. E ainda foram obrigadas a liberar parte da sua força de trabalho. Combinados, esses três tipos de procedimentos enfeixaram-se na reestruturação dos sistemas produtivos da agricultura familiar na região, bem como nas mudanças observadas em termos fundiários e produtivos no oeste catarinense, amplamente falando.

2 Novos caminhos para a agricultura familiar no oeste catarinense

As transformações da suinocultura obrigaram as propriedades familiares do oeste catarinense a tentar novas possibilidades de obter renda e garantir a sua reprodução. Não que a agricultura familiar da região se resumisse, historicamente, à suinocultura. A produção avícola, embora sem a mesma incidência histórica, também marca o cenário regional há décadas. De fato, a avicultura surgiu no oeste catarinense associada ao sistema de policultura subordinada à suinocultura. Desde a sua origem, na década de 1970, mostrou-se integrada à agroindústria, pois o sistema utilizado pelas respectivas empresas desde os primeiros passos implicava fornecer aos produtores os pintos, a ração, os medicamentos e a assistência técnica, cabendo aos agricultores as incumbências envolvendo instalações, equipamentos e manejo (mão de obra). O recebimento dos produtores era regulado pela produtividade atingida em cada lote.

O nível de integração da avicultura às demais atividades da propriedade familiar sempre foi muito baixo. No que concerne aos insumos oriundos dessa esfera, a avicultura utiliza apenas a lenha (importante para o aquecimento) e a mão de obra. Quanto às entradas, devem ser consideradas igualmente as vinculadas ao adubo extraído dos aviários, pois representam renda gerada.

A tabela 2 apresenta o rebanho efetivo de galos, frangos, frangas e pintos no período de 1990 a 2007 para o Brasil, Santa Catarina e o oeste do estado. Percebe-se que o rebanho da região cresceu às mesmas taxas, praticamente, registradas em nível de país e com menor velocidade comparativamente às demais regiões catarinenses. O movimento é, portanto, diferente do exibido pela suinocultura. Nesta, a produção se concentrou cada vez mais na região oeste; na avicultura, ocorre expansão em outras regiões do estado. Na região oeste, o rebanho cresceu a uma taxa média de 5,5% ao ano entre 1990 e 2007. Relacionando com a população regional, nota-se que o rebanho efetivo passou de 44 para 102 aves por habitante entre 1991 e 2007.

Assim, a avicultura não representou, de fato, opção à suinocultura, o que fez com que milhares de famílias excluídas desta segunda atividade na região passassem a buscar alternativas para a sua sobrevivência e reprodução. Esse processo se traduziu em prospecção de produtos comercializáveis que pudessem representar substituição do papel exercido anteriormente pela suinocultura, levando-as a diferentes tipos de experimentos para o estabelecimento de novos sistemas de produção.

Tabela 2 – Rebanho avícola: participação de Santa Catarina e do oeste catarinense nos totais brasileiros (1990 a 2007)

Ano	Galos, frangas, frangos e pintos (milhões de cabeças)			% do rebanho nacional	
	Brasil	Santa Catarina	Oeste catarinense	Santa Catarina	Oeste catarinense
1990	371,73	56,02	45,11	15,1	12,1
1991	393,85	57,79	46,02	14,7	11,7
1992	435,46	65,74	52,78	15,1	12,1
1993	452,38	70,42	56,90	15,6	12,6
1994	473,55	70,38	53,41	14,9	11,3
1995	541,16	73,72	55,57	13,6	10,3
1996	549,56	76,71	56,28	14,0	10,2
1997	580,99	78,60	57,11	13,5	9,8
1998	589,37	91,65	69,00	15,5	11,7
1999	624,38	104,19	78,79	16,7	12,6
2000	659,24	111,56	83,20	16,9	12,6
2001	692,65	111,06	82,75	16,0	11,9
2002	703,72	128,44	93,64	18,2	13,3
2003	737,52	133,03	97,01	18,0	13,1
2004	759,51	132,07	97,46	17,4	12,8
2005	812,47	142,41	106,37	17,5	13,1
2006	819,89	138,01	103,48	16,8	12,6
2007	930,04	157,39	118,08	16,9	12,7

Fonte: IBGE, elaborada pelo autor

2.1 O papel assumido pela produção de leite

O leite, que figurou como produto de subsistência nas propriedades agrícolas desde o início da colonização do oeste catarinense (CAMPOS, 1987), tornou-se o principal produto na ocupação desse espaço. A nova atividade representada por essa produção passou a exibir a condição de “âncora” da reestruturação observada na maioria dos sistemas produtivos das unidades familiares da região a partir da década de 1980. Esse processo foi assim resumido por um agricultor entrevistado durante a pesquisa de campo que embasou este estudo: *Antes nós criávamos porco. Daí o porco não deu mais, começou a quebrar todo mundo, daí nós desistimos. Daí foi que começamos com o leite*

O processo relativo à produção de leite é muito parecido com o que se observa na suinocultura. A ampla maioria das propriedades começa a atividade utilizando os animais já disponíveis e com as técnicas de manejo já aplicadas no sistema de produção para autoconsumo. Iniciada a produção para venda, amplia-se o número de animais e busca-se a melhoria genética, introduzem-se novas técnicas de manejo e investe-se no aprimoramento das pastagens, mediante a incorporação de novos métodos e culturas. Investimentos na estrutura física de ordenha e resfriamento passam a marcar presença igualmente. O desenvolvimento desse processo é bastante demorado e ocorre de forma diferenciada entre as propriedades, de acordo com as combinações de fatores anteriormente indicadas.

Nesse percurso o leite, uma produção com histórico perfil de subsistência, converte-se em atividade comercial devido a pelo menos dois fatores básicos: necessidade de um produto que substitua o suíno nos sistemas produtivos da agricultura familiar, de uma parte, e disponibilidade de tecnologia capaz de proporcionar leite do tipo “longa vida”, permitindo à produção regional alcançar os grandes centros consumidores. Entre as características da produção de leite que tornaram possível o desempenho de um importante papel alternativo nas propriedades familiares, destacam-se: alta absorção de mão de obra; forte capacidade de agregação de valor na propriedade; fácil descentralização de unidades industriais; grande alcance social; uso de terras não nobres; ingresso de receitas com periodicidade mensal (TESTA *et al.*, 1996; ABRAMOVAY *et al.*, 2003).

Quatro dessas seis características são aspectos positivos da formação dos sistemas produtivos das propriedades. A absorção de mão de obra distribuída ao longo do ano e o ingresso mensal de receitas contribuem para resolver um dos gargalos da produção familiar, baseada nos sistemas de safras e tributária, por conta disso, de rendas somente anuais. A grande capacidade de agregar valor na propriedade com o uso de terras não nobres torna essa produção altamente viável e competitiva, possibilitando o seu rápido desenvolvimento.

A forma de utilização da mão de obra pela atividade leiteira, com o emprego de somente algumas horas diárias de trabalho, principalmente nos extremos do dia – no início da manhã e no final da tarde –, possibilita a ocupação das mesmas pessoas em diferentes funções na propriedade durante a jornada. Em muitos casos, essa atividade mostra-se inclusive combinada com outras não agrícolas, tornando-se assim fonte “externa” de receitas das propriedades. Outro fator importante é a ocupação do trabalho de aposentados, estudantes e mulheres, por exemplo,

que em outros sistemas dificilmente lograriam o mesmo grau de envolvimento em atividades comerciais.

Observa-se que a entrada de receitas mensais nas propriedades outorgada pela produção leiteira representou alívio na gestão financeira da maioria das famílias. Mesmo na produção de suínos não havia a regularidade agora alcançada, embora fosse sempre corrente entre os agricultores a frase “*quem tem porco, tem dinheiro*”, numa alusão à ocorrência de entradas distribuídas ao longo do ano. Na realidade, a garantia de uma receita mensal fez com que o leite como atividade comercial preenchesse uma lacuna na organização financeira das propriedades. Com a sua consolidação, as receitas passaram a exibir majoritariamente entradas dessa natureza, com distribuição ao longo do ano. Registre-se, a propósito, que 17,5% dos entrevistados na pesquisa de campo que embasou este estudo responderam ser essa a motivação básica para entrar na atividade.

Ao utilizar terras não nobres para pastagens e plantio de milho para silagem, a produção de leite possibilitou agregação de valor. Em muitos casos, essa é a forma de uso mais adequada devido ao tipo de solo existente nas propriedades. No sistema anterior, a utilização era menos eficiente que no sistema atual. A complementaridade trazida pelo leite aos sistemas das propriedades, substituindo atividades não rentáveis ou menos rentáveis nas áreas não nobres e, sem deslocar atividades das áreas nobres, ocupando-as com pastagens temporárias na parte do ano em que ficam ociosas, agregou valor ao sistema de produção como um todo.

Assim, a produção de leite outorgou eficiência à utilização da mão de obra, racionalizou a utilização do solo e gerou fluxo de caixa nos sistemas produtivos das propriedades. Desta forma, tornou-se a atividade pivô na organização dos sistemas na maioria das unidades familiares da região oeste catarinense na atualidade.

A tabela 3 apresenta a evolução da quantidade de leite produzido nessa região no período de 1990 a 2007, comparando com a produção total do Estado de Santa Catarina e com a do país como um todo.

Ao longo desse período, a produção regional de leite cresceu a uma taxa média anual de 9,2%. Em escala nacional, a velocidade da expansão se traduziu em taxa anual de 3,3%, e nas demais regiões catarinenses, de 1,8%. Isso fez a participação da produção regional na produção brasileira saltar de 1,9% em 1990 para 5,2% em 2007, e a participação na produção estadual passar de 42,2% para 72,3%, no mesmo período.

Tabela 3 – Produção leiteira: participação de Santa Catarina e do oeste catarinense nos totais brasileiros (1990 a 2007)

Ano	Produção de leite (1.000 litros)			% da produção nacional	
	Brasil	Santa Catarina	Oeste catarinense	Santa Catarina	Oeste catarinense
1990	14.484.414	650.409	274.798	4,5	1,9
1991	15.079.187	661.036	283.461	4,4	1,9
1992	15.784.011	707.888	339.286	4,5	2,1
1993	15.590.882	735.867	355.663	4,7	2,3
1994	15.783.557	780.122	381.108	4,9	2,4
1995	16.474.365	815.379	411.738	4,9	2,5
1996	18.515.391	866.065	482.252	4,7	2,6
1997	18.666.011	852.170	472.996	4,6	2,5
1998	18.693.915	870.810	484.595	4,7	2,6
1999	19.070.048	906.540	516.907	4,7	2,7
2000	19.767.206	1.003.098	602.808	5,1	3,0
2001	20.509.953	1.076.084	665.910	5,2	3,2
2002	21.642.780	1.192.690	790.821	5,5	3,6
2003	22.253.863	1.332.277	909.602	6,0	4,1
2004	23.474.694	1.486.662	1.047.004	6,3	4,5
2005	24.620.859	1.555.622	1.107.954	6,3	4,5
2006	25.398.219	1.709.812	1.241.172	6,7	4,9
2007	26.133.913	1.865.568	1.348.291	7,1	5,2

Fonte: IBGE. Elaborada pelos autores

Observa-se, portanto, que a produção de leite parece substituir o papel dinamizador da agricultura familiar regional que a suinocultura desempenhou no passado. Embora em outros patamares, até o atual momento essa produção apresenta semelhanças com as duas primeiras fases da suinocultura, conforme abordado neste trabalho: houve um período, no início, em que o leite representava apenas um complemento da renda; atualmente trata-se do principal produto com valor comercial em numerosas propriedades.

2.2 A emergência ou consolidação de outros sistemas e produções

Para além do sistema de policultura associada à produção de leite, vários outros sistemas, embora com capilaridade menor, continuaram existindo ou se formaram na região, após as transformações ocorridas no modelo de produção suinícola. Essas atividades, que compõem o

sistema de policultura associada à produção de leite, estão relacionadas, por um lado, a práticas já existentes que se reestruturaram e/ou ampliaram sua quantidade produzida, como são ilustrações aquelas ligadas aos grãos e ao fumo. Por outro lado, vinculam-se a produções e atividades incentivadas e desenvolvidas por organizações regionais, numa espécie de resposta à crise provocada pela reestruturação da suinocultura.

2.2.1 Produções já existentes que se reestruturaram e/ou aumentaram a quantidade produzida

A produção de grãos, que figura entre as que se reestruturaram e/ou tiveram ampliado o seu volume produzido, compõe os sistemas de produção das propriedades desde há muitas décadas, tendo sido a principal fonte de renda em muitas unidades. Cabe realce especial a três produtos: milho, feijão e soja.

Na produção de milho, as práticas de cultivo evoluíram de acordo com as necessidades de ampliação da quantidade produzida, vinculadas principalmente ao comportamento da produção de suínos. Inicialmente a cultura era realizada nas terras recém desmatadas, chamadas de “coivaras”, e com sementes “crioulas” reproduzidas pelos próprios agricultores, sem utilização de adubos, “venenos” e outros cuidados. Sua produção ocorria geralmente consorciada com o cultivo do feijão.

Num primeiro momento, a ampliação da demanda, vinculada à produção de suínos, levou ao aumento tanto da área produzida como das instalações necessárias ao seu armazenamento nas propriedades. Mais tarde, gerou aumento da produtividade, inicialmente pela incorporação de novas variedades de sementes (híbridas) e em seguida pela utilização de adubos químicos. Num terceiro momento, deu-se o emprego de maquinário (tratores e ceifadeiras) nos locais em que a declividade do solo permitia, bem como o uso de secantes e a prática de controle de sementes, diminuindo a necessidade de mão de obra no cultivo. Nessa última fase, a produção de milho para comercialização se concentra nas propriedades maiores e com solos que, por serem planos, permitem a mecanização, tendo-se desvinculado do sistema de produção de suínos. Apesar dessa concentração, o milho continua a ser cultivado nas demais propriedades, só que para utilização como insumo interno, ganhando espaço o plantio destinado à produção da “silagem” utilizada no trato dos animais, base da produção de leite.

Cabe assinalar que as mudanças tecnológicas, combinadas com a expansão da fronteira agrícola na Região Centro-Oeste do país, dificultaram a produção consorciada do milho e da soja em pequena escala com destino ao mercado, no oeste catarinense. Isso fez com que esses dois produtos se tornassem viáveis apenas nas propriedades familiares de maior extensão e com terras mais planas e mecanizáveis. Nas demais propriedades ambos os cultivos se viram obstaculizados, pelo menos na forma de produtos que representam a principal fonte de renda.

Já a produção de feijão, pelas dificuldades que impõe à mecanização principalmente durante a colheita, e pela necessidade intensa de mão de obra nesta fase, continuou representando uma atividade complementar em milhares de propriedades rurais do oeste catarinense. Em algumas regiões mais favorecidas pelo clima, essa atividade se constitui, na verdade, na principal fonte de renda de muitas famílias.

O cultivo do fumo, presente desde o período da colonização regional e eclipsado durante o crescimento da suinocultura, adquiriu viabilidade em grande número de propriedades, principalmente nas afetadas mais negativamente pelas mudanças recentes na base produtiva do oeste catarinense. Pelas características de grande utilização de mão de obra em pequenas áreas de terra, esse cultivo possibilitou uma renda anual para milhares de famílias excluídas da produção suinícola. Nas palavras de um agricultor entrevistado, “*o fumo é o que dá mais renda em pouca terra*”. Com efeito, o oeste catarinense não é exceção no quadro geral prevalecente em toda a Região Sul do Brasil, no tocante à concentração da produção de fumo entre pequenos produtores: no sul do país, as áreas com até 30 hectares abrigavam 94,4% dos produtores em 2005 (www.deser.org.br).

A importância da fumicultura para a agricultura familiar deve-se principalmente ao elevado uso de mão de obra que a caracteriza, à pouca necessidade de área de terra, à prática de financiamento dos investimentos e custos pela própria agroindústria e ao acelerado retorno financeiro (realizado em período inferior a um ano após o início das atividades). Famílias excluídas da suinocultura e sem condições de produzir grãos, por questões ligadas à viabilidade, e exibindo pouca terra e mão de obra numerosa, encontraram na fumicultura uma espécie de “tábua de salvação” imediata.

2.2.2 *Novas produções incentivadas como possíveis alternativas*

Entre as novas produções e atividades incentivadas como alternativas para as propriedades agrícolas castigadas pelas transformações na suinocultura, figuram a produção orgânica e agroecológica, a agroindustrialização, o associativismo, a horticultura e a fruticultura. Essas iniciativas tiveram três origens distintas, a saber, os movimentos sociais, o setor público e as empresas privadas e cooperativas.

As iniciativas dos movimentos sociais se concentraram em procurar concretizar a crítica ao modelo vigente na região, tido como vetor de exclusão, contemplando o exercício de um novo modo de organização econômica e social. Em termos tecnológicos, essas iniciativas priorizaram as formas de produção orgânica e ecológica. Quanto à organização da produção, a ênfase incidiu na constituição de grupos de produção, associações e cooperativas, em suas diferentes formas (produção, comercialização, crédito e consumo), no intuito de sustentar e impulsionar a agroindustrialização e a comercialização. No tocante a esta última, o alvo principal tomou a forma de associações e cooperativas encorajadas principalmente pela organização de feiras livres.

A produção agroecológica e orgânica induziu muitos agricultores a distintas experiências e à conversão das propriedades. Apesar do grande apelo social dessas atividades, vários obstáculos se interpuseram aos que tentaram esse caminho: o longo tempo à reconversão do sistema, tornando alto o custo do processo; a falta de assessoria e de pesquisas capazes de ajudar o equacionamento dos problemas surgidos; dificuldades de acesso ao mercado, que é pequeno e restrito para os respectivos produtos na região, e onde incide a concorrência dos produtos convencionais, confinando os primeiros a alguns nichos de mercado; incidência majoritária das atividades orgânicas e agroecológicas regionais em horticultura e fruticultura, com produtos destinados sobretudo à comercialização em feiras livres.

A cooperação agrícola por meio de grupos de produção, associações e cooperativas ganhou espaço como contraposição ao modelo de integração da agricultura familiar à agroindústria. A meta tem sido, de uma parte, agregar valor à produção mediante a agroindustrialização e, de outra, comercializar de formas alternativas às existentes, que envolvem grandes redes de distribuição. Outra área em que essas experiências se desenvolveram foi o turismo rural, que encorajou e sustentou a comercialização de produtos agroecológicos e agroindustrializados.

Também o setor público, nas escalas estadual e municipal, protagonizou diferentes tipos de iniciativas no intuito de oferecer alternativas de renda aos agricultores. Entre estas figuraram

várias formas organizativas, condomínios, agroindústrias e feiras, e também a elaboração de projetos de desenvolvimento nas escalas local e microrregional. Em seu caráter econômico, tais ações pouco se diferenciaram daquelas levadas a efeito pelos movimentos sociais, a diferença maior mostrando-se vinculada ao caráter político, à visão técnica e às redes sociais e de mercado às quais são ligadas.

Já as iniciativas das empresas têm mostrado vinculação sobretudo com projetos industriais, principalmente no incentivo à fruticultura (tendo como meta a produção de sucos) ou na implantação de novas culturas (seda, escargot, cogumelo e fécula, entre outras). O maior projeto entre tais iniciativas coube às cooperativas, através da Aurora, envolvendo a implantação da cultura da laranja e a instalação de uma indústria de sucos na cidade de Pinhalzinho. Essas iniciativas, em sua ampla maioria, não tiveram sucesso: poucas sobrevivem e sua abrangência ainda é bastante restrita. O exemplo mais claro do seu curto fôlego pode ser encontrado junto à própria Aurora, que acabou substituindo a produção de sucos pela industrialização de leite na mencionada planta de Pinhalzinho.

Cabe ainda assinalar uma outra atividade, até agora não mencionada, que ganhou espaço e tem contribuído economicamente em muitas propriedades familiares na região: a bovinocultura de corte. De prática quase inexistente na agricultura familiar, a criação de gado bovino para corte ganhou espaço devido aos problemas com que se defrontavam muitas propriedades, principalmente aquelas localizadas nas áreas mais distantes dos centros urbanos. Devido ao processo de anexação de propriedades, que originou propriedades de maior tamanho, o gado de corte representou produção situada entre as alternativas que se revelaram mais rentáveis, em virtude das condições de área e pela mão de obra disponível.

2.3 Um micro retrato da agricultura familiar regional: aproximação a partir de entrevistas realizadas em propriedades rurais do oeste catarinense

Muito do que foi assinalado no corpo do artigo se inspirou nos resultados das já mencionadas (na introdução) trinta entrevistas realizadas no oeste catarinense entre o final de 2008 e o primeiro trimestre de 2009. Como indicado, a interlocução nessas entrevistas recobriu tanto agricultores quanto agentes institucionais ligados a organizações econômicas (como cooperativas) e entidades de representação (como sindicatos), assim como representantes

políticos. Para ilustrar aspectos da problemática central do texto, contudo, parece útil agrupar e sistematizar algumas respostas obtidas especificamente nas propriedades rurais, que representaram treze entrevistas. Claro que, pelo número de entrevistas, os resultados não têm representatividade estatística. Possuem, portanto, um valor muito mais “impressionista”, fornecendo tão somente um esboço indicativo, em grandes traços, da realidade rural da região na atualidade.

Disponibilizadas na tabela 4, os resultados referem-se a propriedades que, na grande maioria, possuíam até 20 hectares de área – espelhando um quadro de predominância da pequena propriedade na estrutura fundiária regional –, o acesso às quais pelos atuais proprietários havia ocorrido nas últimas três décadas, particularmente nos anos 1980 e 1990. Observe-se que, nas conversas com os proprietários, a herança despontou como forma de acesso à propriedade para mais de metade dos casos, seguida pela aquisição com recursos próprios (quase ¼ das respostas), pela compra financiada por programas de crédito fundiário e, em último lugar, pela criação de assentamentos ligados à reforma agrária (quase 8%).

O milho é o produto de cunho comercial indicado no maior número de propriedades, seguido pelo leite. De algum modo, isso representaria confirmação da imagem que se tem da região quer em termos históricos, quer em relação aos processos mais recentes: uma presença “estrutural” daquele grão e uma progressiva disseminação da produção leiteira em resposta às transformações na suinocultura, conforme destacado no artigo. A produção de suínos, aliás, foi registrada em menos da metade das propriedades entrevistadas, e a de aves, em menos de 1/3. Os demais produtos relacionados na tabela tiveram indicações pontuais, mesmo alguns dos aludidos no artigo como vinculados aos esforços de exploração de novos caminhos pelas propriedades rurais, como o gado de corte, o fumo e os hortifrutigranjeiros. Na realização dessas atividades, a maior parcela dos insumos utilizados origina-se na própria propriedade. Isso certamente espelha o fato de que só uma pequena fração das atividades vincula-se a sistemas de parceria com a agroindústria, implicando suínos ou aves, situação em que todos os insumos são fornecidos pelas empresas.

Tabela 4 – Informações de natureza socioeconômica sobre um painel de propriedades rurais do oeste catarinense (final de 2008-começo de 2009)

Total de propriedades pesquisadas: 13			
<i>Nº de propriedades por tamanho</i>		<i>Principais motivos da entrada na atividade</i>	
Até 10 hectares	6	Oportunidade de renda	10
De 11 a 20 hectares	4	Tradição familiar	8
De 21 a 30 hectares	1	Possibilidade de renda mensal	7
De 31 a 50 hectares	1	Crise na suinocultura	3
Mais de 50 hectares	1	Ocupação da mão de obra	3
<i>Ano de acesso à terra</i>		Chance para produzir insumos	3
Década de 1950	1	Geração de renda em pouca área	3
Década de 1960	1	<i>Principais motivos do abandono da atividade</i>	
Década de 1970	1	Baixa renda auferida	8
Década de 1980	6	Prejuízo (pela crise na suinocultura)	7
Década de 1990	3	Falta de mão de obra	4
Década de 2000	1	Exigência de altos investim. e mudanças	3
<i>Incidência de atividades comerciais</i>		Necessidade de muito trabalho	3
Milho	10	<i>Origem da renda nas (onze) propriedades de agricultura familiar</i>	
Leite	8	Agricultura	11
Suínos	6	Aposentadoria	7
Aves	4	Atividades não agrícolas	7
Feijão	3	<i>% da renda de cada origem na renda total das (onze) propriedades de agricultura familiar</i>	
Gado de corte	3	Agricultura	62,8
Fumo	2	Aposentadoria	16,1
Soja	1	Atividades não agrícolas	24,5
Cana de açúcar	1		
Hortifrutigranjeiros	1		
<i>Origem dos insumos utilizados (%)</i>			
Propriedade	54,2		
Mercado	45,8		

Fonte: pesquisa de campo nas propriedades

Especialmente sugestivos são os resultados sobre os motivos para o ingresso nas atividades indicadas e também para o abandono de atividades. A oportunidade de obter renda foi referida como motivação pela grande maioria, mas também a “tradição” familiar – aspecto que evoca o conhecimento e a cultura incrustados nesses ambientes socioprofissionais – e a possibilidade de lograr acesso a fluxo de rendimentos com periodicidade mensal (uma questão destacada no texto) atingiram indicações representativas. O contexto determinante no que respeita à problemática da renda (oportunidade e frequência mensal no ingresso) não é outro senão o conjunto de processos exibidos pela suinocultura, causadores de problemas para

numerosas propriedades rurais. Isso aparece claramente também em outros motivos assinalados. Observe-se que a questão da renda também prevalece – sem que isso surpreenda – como razão do abandono de atividades: a baixa renda auferida e o prejuízo causado pelas mudanças na suinocultura foram objeto de indicação em mais da metade das propriedades.

Por último, a tabela informa sobre a origem da renda auferida nas onze propriedades de agricultura familiar, conforme a avaliação dos próprios interlocutores. Trata-se, por conseguinte, de informação que espelha a maneira como os próprios agricultores percebem a sua situação. Nessa avaliação, a agricultura aparece como origem da renda em todas as propriedades familiares; em mais da metade, aposentadoria e atividades não agrícolas são também assinaladas. Observando-se a participação de cada origem, quer dizer, a composição da renda, constata-se que pouco menos de $2/3$ provém da agricultura nessas propriedades. A Previdência Social responde por 16% – mostrando, de todo modo, importância no meio rural – e as atividades não agrícolas compõem com $1/4$ da renda.

Considerações finais

No início do artigo, frisou-se que a abordagem focalizaria questão essencial dos processos em curso no oeste catarinense nas últimas décadas, inclusive em relação à problemática da chamada “crise regional”: as mudanças na suinocultura, atividade histórica no oeste, e as reações no âmbito da agricultura familiar, afetada pelas transformações. Observou-se no texto, com efeito, que estas implicaram a troca de uma produção suinícola distribuída em milhares de propriedades por uma estrutura concentrada e integrada às empresas agroindustriais. Quanto às repercussões na agricultura familiar, notou-se ter ocorrido inviabilização dos sistemas produtivos em numerosas propriedades, as quais, excluídas da produção comercial de suínos, tiveram que buscar saídas para a sobrevivência.

Diversas foram as trajetórias dessas famílias tão fortemente atingidas. Algumas se desfizeram dos patrimônios restantes e migraram para cidades polos da região (Chapecó, Concórdia, Joaçaba, Xanxerê, São Miguel do Oeste, Seara) ou para centros urbanos maiores localizados em outras regiões (como no nordeste catarinense e no Vale do Itajaí ou mesmo no Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul). Nesse processo, os jovens saíram em massa, ficando nas propriedades sobretudo as pessoas de mais idade e com menores possibilidades para encontrar

empregos em outros locais. Houve também famílias que buscaram novos produtos com valor comercial, capazes de gerar renda e garantir a reprodução. Nesse movimento, novas combinações de plantações e criações de animais foram introduzidas, desenvolvendo-se outros sistemas de produção nas propriedades. As que permaneceram nos sistemas tradicionais empobreceram rapidamente, pois passaram a viver em meio a esquemas de subsistência, geralmente à espera da aposentadoria.

Note-se que a saída dos mais jovens ocorreu tanto nas propriedades que adotaram novos sistemas de produção quanto nas que permaneceram nos sistemas tradicionais. No primeiro tipo de propriedade, todavia, há as expectativas ligadas à sucessão, significando maior chance de permanência da atividade, e no segundo tipo isso praticamente inexistente, o que faz com que muitas dessas propriedades sejam vendidas após a aposentadoria dos donos, sendo geralmente anexadas por propriedades vizinhas, com seus antigos ocupantes passando a residir em vilas e cidades próximas do próprio município ou da região.

As propriedades que entraram no processo de integração se especializaram continuamente, querendo isto dizer um crescente controle e domínio do seu processo produtivo pela agroindústria. Ao mesmo tempo, a suinocultura tornou-se cada vez mais desintegrada do sistema de produção da propriedade, à medida que a policultura subordinada à suinocultura era substituída pela parceria. Para esses agricultores, a formação de novos sistemas de produção nas propriedades, nos quais suinocultura é não mais que uma parte, foi menos traumático do que para os que foram excluídos no começo do processo: o rompimento não ocorreu repentinamente, observando-se transição ao longo da qual se desenvolveram novas alternativas antes do abandono da suinocultura como sistema dominante. Esse abandono, assinala-se, resultou do esgotamento das possibilidades de ampliação, representando quase uma opção forçada pelo avanço dos novos sistemas criados na propriedade, via de regra em torno da produção de leite.

O desenvolvimento desses novos sistemas de produção ocorreu de forma ampla nos diferentes estratos de produtores e sob distintas motivações. Para os excluídos da produção de suínos, esta foi uma das poucas opções de reprodução na agricultura, e para os que foram integrados às agroindústrias, tornou-se uma alternativa de renda que compensou com uma fonte de renda mensal a perda provocada pelas mudanças na suinocultura.

Vale reafirmar que tudo isso não pode ser desvinculado, como se acentuou no texto, das iniciativas protagonizadas principalmente pelos movimentos sociais e os órgãos públicos, na

busca de alternativas de desenvolvimento local e regional. Entre estas estão as ações no âmbito do Fórum Regional de Desenvolvimento Integrado – FDRI (sediado em Chapecó), da Associação dos Municípios do Oeste Catarinense – AMOSC e do Projeto DESENVOLVER, coordenado na região pela Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense – APACO. Entretanto, em que pese os importantes resultados conseguidos, deve-se reconhecer que até agora as correspondentes medidas não lograram representar, em si mesmas, o que se poderia designar como um processo de efetiva criação de alternativas de reprodução para a agricultura familiar no oeste catarinense, de uma forma ampla.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. *Agricultura em São Paulo* – Revista de Economia Agrícola, v. 50, nº 1, p. 11-24, 2003.
- CAMPOS, I. *Os colonos do Rio Uruguai: relações entre a pequena produção e agroindústria no Oeste catarinense*. Campina Grande, 1987. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba.
- CARACTERIZAÇÃO e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sul/IPEA/IBGE/UNICAMP/IE/NESUR/IPARDES. Brasília: IPEA, 2000.
- HELFAND, S., REZENDE, G. C. Mudanças na distribuição espacial na produção de grãos, aves e suínos no Brasil: o papel do Centro-Oeste. *Texto para Discussão*, nº 611, Rio de Janeiro, IPEA, 1998.
- MATTEI, L., LINS, H. N. A socioeconomia catarinense no limiar do século XX. In: PEREIRA, L. B., CÁRIO, S. A. F., KOEHLER, M. (orgs.). *Padrão produtivo e dinâmica competitiva: estudo sobre setores selecionados em Santa Catarina*. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2001, p. 29-47.
- TESTA, V. M.; NADAL, R. de MIOR, L. C.; BALDICERA, I. T.; CORTINA, N. *O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense (proposta para discussão)*. Florianópolis: EPAGRI, 1996.
- THEIS, I. M., NODARI, T. M. dos S. A agroindústria de aves e o desenvolvimento regional no Meio Oeste de Santa Catarina. *Cadernos de Economia*, v. 4, nº 7, p. 7-28, jul.-dez. 2000.